

HABEAS CORPUS Nº 570.402 - SP (2020/0079128-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : JOSIANNE PAGLIUCA DOS SANTOS
ADVOGADO : JOSIANNE PAGLIUCA DOS SANTOS - SP408670
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDER CAIQUE GOMES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDER CAIQUE GOMES DA SILVA contra decisão de Desembargador integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO que indeferiu a liminar no HC n. 2057680-11.2020.8.26.0000.

Nesta via, assevera a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, capaz de superar o óbice do enunciado da Súmula 691/STF, diante da ausência de fundamentação da decisão que indeferiu a medida liminar.

Sustenta a falta de motivação suficiente a justificar o indeferimento do livramento condicional e a submissão do paciente ao exame criminológico, visto que foram preenchidos os requisitos legais previstos no art. 83 do Código Penal.

Alega que o reeducando encontra-se em grave situação de risco diante da pandemia causada pela contaminação do Novo Coronavírus (Covid-19), pois é pessoa portadora de bronquite, preenchendo os requisitos para ser beneficiado com a prisão domiciliar, nos termos da Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferido o livramento condicional, sem a necessidade de realização do exame criminológico.

É o relatório.

Esta Corte Superior, nos termos da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de que *"não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância"* (AgRg no HC 252.412/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 9-10-2012, DJe 17-10-2012), destacando que *"O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha que não escapa à pronta percepção do julgador"* (AgRg no HC 300.610/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4-9-2014, DJe 15-9-2014).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações (e-STJ Fls. 15/17):

2. Indefiro a liminar.

Da análise perfunctória dos parcos documentos que instruem os presentes autos não se vislumbra a ocorrência

Superior Tribunal de Justiça

de constrangimento ilegal por parte do Juízo, a embasar e fundamentar o deferimento de provimento liminar.

Ademais, muito embora a Recomendação nº 62/2020, do E. Conselho Nacional de Justiça, traga medidas visando à redução dos riscos epidemiológicos com relação à disseminação do vírus, não há como afirmar que o paciente faça jus à concessão da liberdade.

[...]

Nos termos do inciso I, “b”, do supracitado artigo, inexistente comprovação de que o paciente encontra-se em unidade com superlotação e desprovida de equipe de saúde, além de não se enquadrar nos demais incisos do referido dispositivo. Tampouco há comprovação de que o paciente é portador de doença preexistente (bronquite).

Cabe lembrar, outrossim, consoante constou da decisão recorrida, que o paciente foi condenado por roubo, crime praticado mediante violência, e já teve anotação de prática de falta grave, o que justifica, a princípio, a realização do exame criminológico.

A questão, diante disso, deve ser endereçada à Colenda Turma Julgadora, a quem caberá apreciar a matéria após o processamento do presente habeas corpus.

3. Requisitem-se as informações à Autoridade Judiciária apontada como coatora e, com sua vinda aos autos, abra-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça, para parecer.

Após, retornem conclusos.

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator